

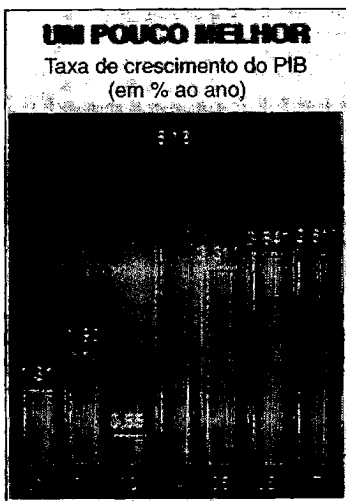
Previsão é de crescimento maior em 2006

Especialistas esperam que queda do juro e aumento do salário elevem o PIB em 3,5%

CRISTINA BORGES GUIMARÃES
São Paulo

A taxa básica de juros (Selic), que ao acumular sucessivas altas neste ano fez as estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caírem para 3,3%, é agora motivo de previsão de uma expansão maior da economia em 2006, para 3,5%. O motivo é a expectativa de cortes mais agressivos da taxa nas próximas reuniões do Copom.

“Além do juro declinante, é esperado um aumento no nível de emprego formal e do salário real, a continuidade da expansão do crédito e um crescimento pu-



Fonte: Banco Central * Previsões

xado mais pela economia doméstica que pelas exportações”, diz a economista-chefe de pesquisas econômicas da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Luciana de Sá, para quem 2006 será um pouco melhor que 2005.

Continua na página A-6

NACIONAL

Previsão é de crescimento maior em 2006

Especialistas esperam que queda do juro e aumento do salário elevem o PIB em 3,5%

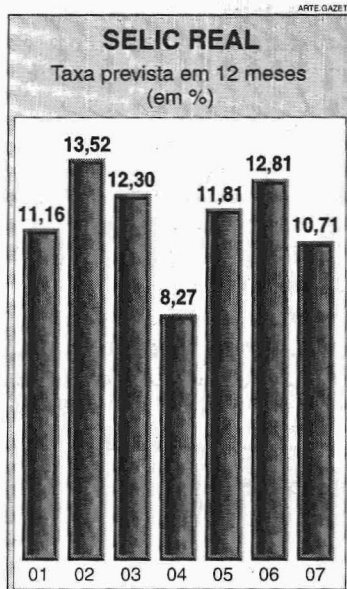
CRISTINA BORGES GUIMARÃES
SÃO PAULO

Continuação da página A-1

O economista da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, também acredita que a recuperação da renda implicará uma contribuição maior do consumo interno no PIB e que ainda serão observados níveis elevados de exportações. As estimativas de crescimento de Luciana e Solimeo são de 3,5%. Entretanto, ela indica um viés de alta enquanto ele sinaliza viés de baixa.

“As exportações continuam concentradas em poucos setores, principalmente commodities e o setor de serviços ainda cresce a reboque da indústria. A construção civil é um setor que, com o novo marco regulatório e a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, pode ganhar mais importância no médio prazo”, diz Luciana de Sá que aposta na continuidade da expansão da indústria, setor que deve ser o grande motor do crescimento no ano que vem.

Solimeo projeta um expansão do varejo da ordem de 4% no ano que vem, acima da alta prevista para o crescimento PIB graças à desaceleração das



exportações. Para este ano ele prevê crescimento entre 4% e 4,5% do varejo.

Luciana de Sá acredita na recuperação dos setores mais dependentes da renda dentro da indústria. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre a produção industrial em setembro, que recuou 2% ante agosto, apresentaram crescimento de 0,2% ante setembro do ano passado, o mais baixo nessa base de comparação em dois anos. No acumulado de janeiro a setembro, a indústria cresce 3,8%. O desempenho do setor em setembro foi prejudicado pelos bens de consumo duráveis, com queda de 8,9% ante o mês anterior, o pior resultado desde janeiro de 2001. Já o setor de bens de capital cresceu 1,1% em setembro na comparação com o mês anterior.

O economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), Estêvão Kopschitz, afirmou que os dados da produção industrial para o terceiro trimestre certamente provocarão uma revisão para baixo da estimativa de crescimento do PIB para 2005 do Ipea, atualmente em 3,5%. Mas as projeções para 2006, hoje de 4%, não serão revisadas necessariamente.

Kopschitz também aponta indústria, responsável por quase 40% do PIB, como principal alavanca do crescimento. Serviços, que representa cerca de 50% do PIB, apresenta crescimento mais estável, enquanto a agropecuária, com apenas 10% do PIB, deve apresentar um desempenho mais fraco que em 2005.

Em relação à redução da Selic, a economista da Firjan afirma que o País está tecnicamente pronto para promover os cortes necessários. “Não há um crescimento forte do PIB e a inflação está sob controle. A taxa de juros está num patamar tão elevado, que dependerá muito mais dos cortes na Selic que de qualquer elevação das taxas de juros internacionais.”

Já Solimeo acredita que a taxa básica de juros continuará caindo lentamente encerrando 2006 em 16% ao ano, frente à taxa de 18% prevista por ele para o final deste ano. “Por ser ano eleitoral, a cautela deve predominar, mas se a velocidade do corte for mais forte, a expansão do consumo pode ser maior e o PIB poderá crescer mais de 3,5%”, afirma.

O coordenador do Centro de Estudos Internacionais da Faap, o ex-embaixador Sérgio Amaral, aponta a trajetória declinante da Selic como um dos poucos fatores que impactará positivamente o PIB em 2006. “Os juros vão impactar positivamente, mas o câmbio, o crédito e o cenário externo terão efeitos negativos”, afirma Amaral.

Segundo ele, mais importante que esses fatores conjunturais são as reformas que devem ser adiadas em razão da crise política. Por isso, ele indica a taxa de crescimento de 3,5% da economia em 2006 como um limite superior, mas acredita que se o efeito do ajustamento da economia dos Estados Unidos se faça

sentir já no ano que vem o ritmo de expansão será menor.

Já o economista chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Roberto Luis Troster, entre os mais otimistas, prevê crescimento da economia brasileira em 2006 da ordem de 4%, puxado ainda pelo setor externo e pelo crédito que deverá manter o ritmo de expansão observado este ano, segundo ele.

CRÉDITO

Troster acredita que a expansão do crédito em 2006 apresentará ritmo próximo ao observado este ano, crescendo 18% em relação ao ano anterior ou 13% em termos reais. “Também deve haver redução dos spreads decorrente da retração da Selic, das expectativas de crescimento econômico maior, de ganhos de escala e do ganho de produtividade obtido com o incremento nos investimentos em tecnologia bancária”, afirma o economista que estima a Selic em 18% ao ano no final de 2005 e encerrando 2006 abaixo de 15%, graças à trajetória de baixa da inflação.

Luciana de Sá acredita que o crédito consignado, grande responsável pela expansão do crédito este ano, ainda tem potencial para crescer em 2006. “Essa modalidade de crédito pode ser ampliada para atingir outros segmentos além do setor público e INSS atingindo todo o setor privado”, afirma. Já Amaral acredita que em razão do endividamento, o crédito consignado tende a ser substituído. Solimeo, por sua vez, diz que apesar do empenho dos bancos em explorar este segmento, o crédito consignado deve crescer menos em 2006, em razão da base forte deste ano.

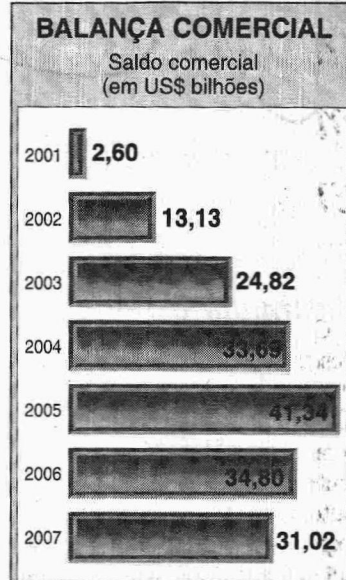
Desde a sua criação, em julho de 2004, até o dia 07 deste mês, os empréstimos consignados para aposentados e pensionistas já somam R\$ 10,42 bilhões, liberados por meio de 5,3 milhões de operações, segundo informações da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), divulgadas ontem. O saldo entre os empréstimos já pagos e as novas contratações é de 5,08 mil operações ainda ativas, totalizando R\$ 10,02 bilhões.

RELATIVAMENTE BAIXO

Apesar da melhora nas perspectivas, as atuais projeções, de 3,5% para 2006, apontam para um desempenho inferior à média esperada para as economias emergentes, tanto da América Latina (3,8%) como da África (5,9%). De acordo com o relatório de setembro do Fundo Monetário Internacional (FMI), o produto mundial também deverá crescer mais que o nacional, 4,3%, mantendo em 2006 o mesmo ritmo previsto para este ano.

As projeções de mercado para o crescimento do PIB em 2006 são de 3,5%, segundo as 27 últimas pesquisas semanais do Banco Central (BC). Acima da estimativa oficial do BC para este ano, de 3,4%, e do próprio Focus para 2005, de 3,3%. As mais recentes projeções do FMI para o crescimento do PIB brasileiro também são de 3,5% em 2006, desempenho bastante distante da média da Ásia, que deverá crescer 7,2% em 2006. A expectativa é de que, embora inferior a outros emergentes, a média de crescimento econômico no governo Lula seja de 3% ao ano, acima da média de 2,33% dos anos FHC.

Para o economista do Banco Real, Mário Mesquita, o próximo ano será de transição e por isso há cautela nas previsões. “2006 é um ano de transição tanto interna quanto externa”, diz Mesquita se referindo às eleições presidenciais brasileiras e à desaceleração da economia internacional.



Contexto internacional menos favorável

O ex-embaixador Sérgio Amaral destaca os efeitos negativos do início do processo de ajustamento da economia dos Estados Unidos no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Para ele, os aumentos na taxa de juros norte-americana, que já está em 4% ao ano, podem ter continuidade em 2006. O economista do Banco Real, Mário Mesquita, acredita que a taxa de juros norte-americana atingirá 5% ao ano em 2006.

“A demanda elevada e o déficit corrente da ordem de 6% do PIB americano ainda não recuaram. Os Estados Unidos continuam sendo o principal destino da liquidez mundial gerada por emergentes e produtores de petróleo e, por isso, conseguem tolerar o déficit elevado. Entretanto, é cada vez mais difícil e arriscado este processo de ajustamento da economia americana”, afirma. Amaral acredita que a resolução do problema não poderá ser adiada por muito tempo e virá pela demanda ou por meio de medidas protecionistas. “Ambas as soluções afetam negativamente o Brasil via redução de exportações”, diz.

Por outro lado, um provável arrefecimento do ritmo de expansão no início do ano que vem em razão dos impactos adversos dos preços do petróleo devem ser neutralizados por políticas macroeconômicas acomodáticas, segundo o relatório de setembro do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A economista chefe da assessoria de pesquisas econômicas da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Luciana de Sá, aposta na manutenção dos preços do petróleo no patamar atual, uma vez que as condições de oferta e demanda não permitem um movimento de baixa. Entretanto, segundo ela, a alta do petróleo não cria pressões inflacionárias no Brasil.

Considerado-se o período de 2003 a 2005, o desempenho da economia brasileira só deverá ser superior à de Israel, dentre um conjunto de países selecionados pelo FMI. Enquanto a média de expansão da economia mundial é de 4,7% ao ano e a média das economias em desenvolvimento é de 6,5% ao ano, o Brasil deve crescer apenas 3% ao ano, o que corresponde a cerca de 70% do crescimento mundial e menos da metade do crescimento dos países emergentes. Assim, o País deve continuar em 2006 a registrar taxas de crescimento aquém da observada em outros países.

COMÉRCIO EXTERIOR

Na opinião de Amaral, até agora os efeitos adversos da apreciação do real têm sido compensados pelas elevadas taxas de juros. “O câmbio de R\$ 2,20 por dólar sai por R\$ 2,35 ao exportador, mas com a tendência de queda dos juros o desempenho do exportador tende a piorar”, avalia. É consenso entre os economistas que o superávit em 2006 deverá ser inferior aos mais de US\$ 40 bilhões deste ano.

(C.B.G.)